
ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



v. 2, n. 2, jul.-dez. 1987

Tratamento de fontes e reconstituição histórica a partir de acervos arquivísticos

Anna Amélia Vieira Nascimento
*Historiadora e pesquisadora do CNPq
Diretora do Arquivo do Estado da Bahia,
entre julho de 1979 e março de 1987*

É uma constatação essencial, resultante da prática e experiência da organização dos fundos documentais do Arquivo Público do Estado da Bahia, a de que somente um fundo de arquivo disposto em arranjos convencionais adequados poderá proporcionar uma pesquisa produtiva, um trabalho intelectual metódico e bem desenvolvido. Já foram observadas produções intelectuais originárias de documentação ainda sem a correta ordenação arquivística, que deixam a desejar e refletem a ausência dessa classificação, repercutindo diretamente na incorreta interpretação de seus dados para a formulação histórica. Falta-lhes coerência, conexão: as informações apresentam-se isoladas, soltas, sem um procedimento intrínseco que gera a continuidade e a unidade. Nem a precisa aplicação da metodologia da história supre a inexistência ou má classificação primeira dos acervos.

Um trabalho histórico fundamentado na disposição dos arranjos de documentos reflete, pois, inevitavelmente, a organização dos acervos consultados, em especial se essa elaboração for específica sobre determinado fundo ou organização administrativa do Estado. Será necessária, portanto, uma conjugação de esforços para a recuperação da memória histórica, os trabalhos em conjunto do arquivista e do historiador. Um não pode prescindir do outro.

Em primeiro lugar, surge o trabalho da organização dos acervos documentais. O arquivista debruça-se sobre os papéis, os documentos inumeráveis; realiza também uma tarefa da história, pois irá recompor a estrutura de órgãos da administração em épocas remotas, coloniais e provinciais ou mais recentes, republicanas. Deverá ler regimentos, consultar leis, traçar organogramas, bem como coejar incessantemente o levantamento ideal da estrutura organizacional da entidade em questão e os documentos, atestado único da verdade histórica. É um trabalho incansável, silencioso, anônimo quase, mas digno de todos os louvores.

Geralmente, em arquivos antigos do Brasil, fundados no século XIX, como o da Bahia, sem a correta classificação dos fundos documentais, conforme manda a arquivística moderna, encontramos distorções nesses arranjos de classificação e preservação. Os registros de alvarás, provisões e portarias estavam organiza-

| | | | | | |
|--------|----------------|------|------|----------|----------------|
| Acervo | Rio de Janeiro | v. 2 | n. 2 | p. 1-123 | jul. dez. 1987 |
|--------|----------------|------|------|----------|----------------|

dos sob títulos específicos, cada um deles formando um conjunto, embora pertencentes a diversos fundos documentais, como os do Tribunal da Relação do Brasil e da Bahia, Secretaria do Governo, Governo do Estado do Brasil, Governo da Capitania da Bahia.

Há ainda outro problema, que necessita de solução. Os documentos oficiais da Bahia colonial existem na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, conduzidos para o Rio de Janeiro quando esses depósitos de arquivos brasileiros procuravam recolher a documentação das províncias. Torna-se indispensável, para a reconstituição de cada um desses fundos documentais como um todo, a indicação de quais são os documentos que se encontram fora da Bahia, mas no Brasil, e determinar sua localização. Seria também correto procurar informações e incluí-las na classificação das falhas e ausências de documentos, existentes, entretanto, em arquivos de Portugal e da Espanha. Além disso, muitos documentos foram perdidos, desaparecidos em invasões, como a dos holandeses, ou pela ação corrosiva e destrutiva do tempo, do descaso ou mesmo pela transferência de papéis de um para outro prédio.

É necessário, portanto, constatar a presença dos documentos que ficaram, sabendo-os poucos e dispersos, e dar proteção, restauração e classificação a esses e los com o passado histórico, atestados da memória cultural da Bahia.

Para a organização e classificação dos fundos documentais, as bibliotecas dos arquivos desempenham um grande papel. As consultas diversificam-se. No caso da Bahia, será necessária a investigação da bibliografia local. As *Memórias históricas da província da Bahia*, a *Notícia geral da capitania da Bahia*, as *Cartas soteropolitanas e brasílicas*, as *Falas dos presidentes da província*, as *Mensagens dos governadores da Bahia* são fundamentais, além dos mencionados regimentos e publicações da legislação colonial, provincial e republicana. A bibliografia nacional e internacional também deverá ser consultada, tal como: *Raízes da formação administrativa do Brasil*, de Marcos Carneiro de Medonça, *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*, coordenado pelo Arquivo Nacional, *Manuel d'archivistique*, da Associação dos Arquivistas Franceses, e tantos outros. Vale ressaltar que a bibliografia arquivística é quase inacessível na Bahia. Constitui, assim, um trabalho de equipe, dos arquivistas inter-relacionados com o grupo de pesquisa da biblioteca, impelindo-os a descobrir e congregar os documentos e integrá-los ao respectivo fundo documental. É muito importante a consulta da coleção do *Diário oficial* para a época da história republicana, sobre a qual os historiadores ainda não elaboraram estudos das leis que regem a organização administrativa do Estado. A ordenação dos fundos documentais das entidades criadas na época republicana depende do levantamento de suas estruturas e organogramas, essencialmente da publicação das leis, quando estas não são encontradas nos arquivos na sua forma primeira: o documento assinado pelo governador do Estado, sancionando sua criação e instituição.

Trata-se de um trabalho empolgante, quando todo o pessoal do arquivo se empenha conjuntamente, com uma mesma finalidade. O núcleo de pesquisadores se divide: as bibliotecárias fornecem os elementos básicos para a determinação e sucessivas transformações dos órgãos administrativos; os arquivistas coletam e classificam os documentos, ligando-os a determinado fundo documental. É uma tarefa coordenada e conjunta de bibliotecários, historiadores e arquivistas, que se congregam para a classificação maior e estrutural do arquivo, aquela que, na sua última finalidade, oferece elementos para os pesquisadores sociais,

da história, da economia, da sociologia, do direito, enfim, de toda uma gama de ciências humanas, que encontrarão no arquivo os documentos primeiros, necessários (e ordenados) para a divulgação e interpretação da memória do Estado.

As séries de documentos ligadas aos fundos documentais correspondem às primeiras divisões dos organogramas das entidades da administração e devem apresentar-se como um conjunto cronológico dentro do fundo documental. Tudo em arquivo é bom senso e ordem. Assim como a pesquisa e a organização dos fundos documentais devem ser encaradas como o desenvolvimento coerente de um trabalho em equipe, o mesmo acontece, atualmente, no sentido de uma íntima correlação entre o arquivo corrente, o intermediário e o permanente. Se bem organizados, os documentos fluem de um gênero para outro e entram no arquivo permanente de uma maneira fácil de serem dispostos e ordenados. Como tal situação não foi uma preocupação do passado, existe hoje em dia o real interesse na recomposição dos fundos documentais, como uma maneira direta de recuperação da memória do Estado.

A conscientização quanto à grande importância dos arquivos, dos documentos que atestam a memória da sociedade e do Estado e do patrimônio documental tombado é relativamente recente. A técnica arquivística genuinamente brasileira, com a recomposição dos fundos documentais de forma estrutural, começou no momento em que diretores do Arquivo Nacional, em contato com arquivos estrangeiros, principalmente da França e dos Estados Unidos, introduziram no Brasil as técnicas de arquivo metodizadas, desde o século XIX. Em linhas gerais, é importante tomar conhecimento dessas classificações estrangeiras e aplicá-las aos documentos brasileiros, desde que se observe e reflita que os arranjos dos documentos nacionais são estruturais em decorrência da própria gênese e organização da administração do Estado. A partir daí, desenvolveu-se no Brasil o estudo da organização dos arquivos, e já existe um corpo de técnicos especializados em determinar as exatas providências para bem ordenar os fundos arquivísticos.

O instrumento de pesquisa que procurávamos implantar na Bahia era um inventário sumário, analítico, dos fundos documentais. Cada livro e cada maço foi revisado e classificado conforme seu fundo. Foram organizadas as séries e até subséries, como no caso dos documentos provinciais, cujo fundo documental é a Presidência da Província, pois se compõe, especialmente, de correspondência recebida e minuta de correspondência expedida, sendo a menção da subsérie importante porque determina a origem dos officios recebidos.

Outra questão de grande relevo diz respeito aos inventários, autos cíveis e autos criminais recolhidos no Arquivo Público, tornando-o depositário dos documentos judiciais. Sem dúvida, é uma fonte inesgotável de riqueza cultural e histórica. Sem dúvida também, é um problema que se apresenta. A classificação cuidada até então foi a da Vara de Família e Sucessões — os inventários —, devido à procura assídua desses documentos, não só pelos que desejavam assegurar suas heranças nos espólios e determinar cadeias sucessórias, como pelos pesquisadores da história social quantitativa. Entretanto, esses documentos deveriam ser seriados conforme as Varas de onde provêm: de Famílias e Sucessões, Cíveis, Crimes, Órfãos e Ausentes, Fazenda Estadual e Municipal, Comercial e outras, recompondo-se toda a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, herdeiro do Tribunal de Relação do Brasil.

Esse fundo, de uma grandiosidade ilimitada, deveria ser abrigado em prédio separado, diante da constante estreiteza de espaço do Arquivo da Bahia, des-

de sua criação aos nossos dias, constantemente necessitado de maiores áreas para conter o acervo do Estado. Separado o Tribunal de Justiça, fundo aberto e o maior recolhedor de documentos de arquivo, essa memória ficaria melhor preservada e classificada, podendo tornar mais acessíveis os documentos àqueles que consultam os acervos da justiça.

Um grande problema apresentado na área dos arquivos em geral e muito importante para sua correta classificação é o de recursos humanos. Nos dias atuais, quando os arquivos estrangeiros cuidam das trocas de documentos de interesse mútuo, mediante microfilmagem, quando ingressam na área da informática para a recuperação da informação, quando dão grande atenção aos arquivos especiais, no Brasil os arquivos estaduais não estão com sua classificação concluída de acordo com as técnicas modernas. Isso se deve em grande parte pela ignorância dos métodos, em grande parte pela decorrência da falta de pessoal especializado.

O extenuante trabalho dos arquivos impõe atenção, reflexão, paciência, maturidade, conhecimentos da história administrativa. Tem por isso mesmo poucos adeptos, e os interessados não possuem formação de nível superior para uma compreensão mais ampla da importância dos arranjos de arquivo, um entendimento mais profundo de sua organização estrutural. Seriam necessários cursos de arquivística de nível superior nas nossas universidades, pois arquivos desamparados e descuidados existem pela Bahia e pelo Brasil, e arquivistas competentes faltam, sendo essa uma das razões pela qual chegamos ao abandono dos arquivos brasileiros, principalmente no interior dos estados.

O problema de arquivos no Brasil é muito importante e bem complexo, mais do que se apresenta superficialmente. A preservação da memória documental torna-se hoje difícil e mesmo impalpável, com o hábito de as pessoas destruírem os arquivos, quando abandonam os cargos públicos; devido à resistência que oferecem os administradores públicos em colaborar na organização dos arquivos correntes e intermediários; devido às distâncias deste grande país e até do estado da Bahia, com acervos importantes dispersos e mal amparados; e, principalmente, devido à pouca importância que o governo dá à preservação da memória escrita, considerada como depósito de 'papéis velhos', somente lembrada em casos de necessidade urgente, de informação administrativa e burocrática. Trata-se de uma situação que precisa mudar.

É importante, ainda, que existam nos arquivos um corpo de arquivistas permanente e um Conselho de Arquivos, para que as técnicas não sejam modificadas ao sabor das diretorias e dos que exercem passageiramente cargos em comissão. Que o trabalho de arquivo seja coerente e continuado, que não seja mais suspenso e recomeçado a cada período governamental. A organização dos acervos é de maior valia que os sopros da política, que aliás deveriam atingir os arquivos.

Que as ideologias se apliquem na interpretação dos dados históricos; que o arquivo seja incólume, apolítico, monumental, protetor da memória. O arquivo é da comunidade. Coloca-se em plano superior, atendendo a todos os que o procuram, sem qualquer exclusão.

Na sociedade democrática, a produção intelectual sobre os acervos deve ser livre e diretamente emitida pela organização dos arquivos. Esta atividade difunde a memória cultural por meio da história e de outras ciências humanas, que usam as fontes primárias como elemento básico para o desenvolvimento de uma

problemática escolhida. A produção intelectual brasileira é menos fértil que a dos países desenvolvidos, em muitos casos prejudicada pela desorganização dos acervos, os quais, se fossem metodizados, facilitariam uma progressão mais rápida dos estudos referidos, sobretudo da história.

A divulgação da memória histórica brasileira e baiana não pode ser uma história individual, mas o perfil da sociedade em determinada época. Por isso, deve contar com a pesquisa direta nos documentos de variados fundos documentais para refletir o inter-relacionamento do pensamento e do comportamento coletivo. Os documentos falam o idioma do passado sem fronteiras, ressuscitando a linguagem dos mortos. Conhecendo-a, o historiador não deve, porém, tomar a atitude de um ser todo-poderoso, que pode *julgar* o passado, nem pretender escrever em nome de todos os homens. Ele interpreta, induz e chega às conclusões nuançadas, que expõe à luz dos contemporâneos, dando-lhes vida.

O historiador é influenciado pelas ideologias do presente e procura conhecer as do passado, e chega às fontes documentais já com plano de trabalho firmado. Ele aplica aos documentos uma problemática, sendo levado à elaboração de um modelo de criação pessoal, de interrogações a serem formuladas sobre os acervos inventariados pelos arquivistas, visando à possibilidade de recriar a história e interpretá-la.

A história é uma ciência humana porque tem como objeto o homem e a sociedade. A história é uma ciência porque tem como instrumento os documentos, provas infalíveis das ações dos homens. Trata-se de uma ciência que estuda as mais variadas mutações da sociedade, com seus movimentos conjunturais e estruturais, de curta ou longa duração, e as relações entre grupos e segmentos sociais, as pressões exercidas, horizontais e verticais, pelas diversas camadas da sociedade.

A história não é mais aquela que difunde a memória isolada de uma pessoa ou de um documento. Dá crédito ao depoimento de muitos. Por meio de acervos organizados recompõe, pelos métodos gerais e quantitativos, as mentalidades coletivas. A história necessita cada vez mais dos acervos documentais. A procura dos arquivos é a essência da produção histórica.

As histórias do Brasil e da Bahia necessitam ser reescritas, segundo a opinião de muitos estudiosos, pois os historiadores de antigamente não investigavam o conjunto dos documentos para uma visão global dos tempos findos e, muitas vezes, se abstiveram de transmitir as realidades do tempo social. Não levantaram conjuntos documentais, mas apenas este ou aquele documento, a fim de provar ações coletivas da sociedade.

Para o levantamento das fontes da história, o estudioso deve tomar as séries documentais organizadas como fundamento do seu trabalho, os documentos conhecidos e classificados, pois aventurar-se sobre documentos dispersos seria um trabalho fatigante e dispendioso. Além disso, pelas conclusões às quais chegamos, o ideal seria organizar o acervo e depois explorá-lo, recebendo o historiador uma infra-estrutura documental.

Contudo, o historiador exerce o direito de criar suas coleções artificiais, através de cópia ou xerox, e utilizá-las. O historiador é muito inclinado a descobrir acervos inexplorados da história: as raridades. Muitas vezes, tende a investigar documentos não classificados e desconhecidos, na ânsia de revelar um aspecto novo. Mas é quando o arquivista termina sua operação de classificação, quando uma produção técnica foi concluída, que a ação de oferecê-la ao historiador torna-se

um ritual que se insere como um elo na corrente cultural de criação ou elaboração científica.

Os papéis de arquivo, sempre à disposição dos historiadores de ontem e de hoje, oferecem respostas velhas ou novas, de acordo com sua formulação. A utilização dos acervos e a composição da história é mutável, conforme a ideologia da exploração das fontes ou segundo as circunstâncias da história do tempo presente. A história *bataille* ou *évènementielle* e até a 'positivista' não são mais escritas. A *nouvelle histoire* está difundida pelo mundo. E são os mesmos arquivos que se adaptam à exploração das fontes primárias para essas variadas interpretações da história de ontem e de hoje.

A universalidade da história e as influências recíprocas que os acontecimentos mundiais ou regionais proporcionam, em determinado momento, para a melhor compreensão da sociedade são expressos através da consulta a muitos depósitos de arquivos — como, por exemplo, a concepção histórica mais representativa do nosso tempo atual, *La Méditerranée*, de Braudel, que consultou tantos arquivos: na Espanha, os arquivos de Simancas, Histórico Nacional (Madri), Biblioteca Nacional (Madri), Academia de História e outros arquivos comunais; na França, os Arquivos Nacionais, a Biblioteca Nacional, o Ministério de Negócios Estrangeiros, os arquivos de Marselha e da Argélia; na Itália, o Arquivo do Estado, o Arquivo Cívico, a Biblioteca Nacional, a Lourenciana, os arquivos das famílias Guiocciardini-Corsi-Salviati, os arquivos dos estados de Veneza, Florença, Roma, Nápoles e Palermo, os arquivos do Vaticano e de Reguza, entre muitos outros. Seria impossível a pesquisa de um historiador isolado. Foi necessária uma equipe. Iniciado no ano de 1923, esse estudo consagrado ao Mediterrâneo, na época de Filipe II, da França, foi publicado somente em 1946. Não existe melhor exemplo de reconstituição histórica por meio de acervos de arquivos e de reflexões e leituras. *La Méditerranée* é a obra do século.

Da investigação, análise e síntese do estudo dos documentos surge a história, ciência na qual o historiador imprime também um pouco de sua personalidade, dos seus interesses, pois a problemática formulada tem muito de pessoal; as indagações são decorrentes de seu pensamento e de sua cultura, condicionados ao momento presente. Por isso, não pode jamais se furtar a fazer valer os postulados do presente no passado, embora alguns pensadores da história, como Michel Foucault, neguem preponderância à subjetividade da história.

Já existem aqueles que pensam em transformar as informações dos fundos de arquivos em cartões perfurados, codificados, da informática, para serem trabalhados no computador. Contudo, os historiadores tendem a exigir sempre mais do arquivista. O próprio historiador deverá produzir sua projeção no computador, assim como a utilização epistemológica das respostas. Ao arquivo deveria caber a tarefa de usar a informática para a recuperação da memória histórica e cultural.

Finalmente, escrever a história da vivência do espaço, onde os fatos sociais se agitam e acontecem. Aquelas ruas, aquelas igrejas, aqueles conventos, aquelas casas são o cenário onde nasceram, viveram e morreram as pessoas, os homens, milhares deles, personagens da história coletiva, participantes de uma sociedade, naquela duração, naquele sítio.

Volve-se à tautologia intelectual, entre o autor e os documentos manuscritos, inserido no seu tempo e manuseando outros instrumentos de trabalho. Chega-se, por fim, a um envolvimento de idéias entre o historiador e o leitor, cria-se até

mesmo uma intimidade no acompanhamento do desenrolar do pensamento até as conclusões. Quando esta mágica corrente ocorre está concluída a história. Fruto da ação combinada do arquivista e do historiador é, fundamentalmente, a reconstituição da memória através dos acervos de arquivos.

Bibliografia

- ARQUIVO NACIONAL. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Graça Salgado e outros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: I.N.L., 1985.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rural française*. 4ª ed., 2 tomos. Paris: Armand Colin, 1956.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3ª ed., 2 tomos, Paris: Armand Colin, 1976.
- CALDAS, José Antônio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. fac-similar. Bahia: Tipografia Beneditina, 1951.
- CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. 2ª ed., Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Paris: Gallimard, 1969.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Colaboração de Pedro Moacir Campos e Emília Viotti da Costa. 2ª ed., Rio de Janeiro e São Paulo: Difel, 1977.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. I.H.G.B. e Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MINISTÈRE DES AFFAIRES CULTURELLES. Direction des Archives de France. Association des Archivistes Français. *Manuel d'archivistique*. Paris: SEVPEN, 1970.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*, 4ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia, anotadas por Brás do Amaral*. Bahia: Imprensa Oficial, 6ª vol., 1919-1940.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. 2ª vol., Bahia: Imprensa Oficial, 1921.

Abstract:

This article deals with the importance of the classification and organization in archives of primary source materials so as provide productive historical research and a rigorous and well-developed intellectual endeavor. The article deals with the State Archives of Bahia, situated in the Brazilian Northeast in the first capital of Brazil, Salvador. The question of educating the public regarding the problem of archives in Brazil is discussed along

with suggestions for exploiting rigorous classification of documents. The problem of lack of human resources and difficulties in gathering documents in the area of public administration are also discussed.

Résumé:

Cet article traite de l'importance de l'organisation et de la classification des fonds de documents, facilitant une recherche historique productive et un travail intellectuel méthodique et bien développé. Par l'intermédiaire de ce thème on aborde l'organisation des archives de l'état de Bahia, situé au Nord-Est du pays, dont la capitale est Salvador, la première ville brésilienne. Il aborde la question de la conscientisation du problème des archives au Brésil, donnant les indications pour la classification méthodique de cet important dépôt de documents, la nécessité de ressources humaines et la difficulté du recueillement des documents de l'administration publique.